

Socialismo, Fascismo e Neoliberalismo: O institucionalismo de Karl Polanyi e a questão democrática no século XXI

Manuel Ramon Souza Luz - Universidade Federal do ABC

Renan Veronesi Compagnoli - Hochschule für Technik und Wirtschaft Berlin

Ramon Garcia Fernandez - Universidade Federal do ABC

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo oferecer uma leitura contemporânea acerca da posição de Karl Polanyi (1886-1964) sobre o fascismo e o socialismo como possíveis soluções para as crises decorrentes da institucionalização da sociedade de mercado. Nesse sentido, entende-se que o movimento neoliberal, organizado e colocado em prática ao longo do século XX, nos apresenta um fenômeno passível de ser analisado sob a ótica das soluções que Polanyi visualizou na sua análise da crise do final do século XIX e início do XX. Assim, buscaremos compatibilizar as ideias centrais que esse pensador apresenta tanto em seu clássico “A Grande Transformação” de 1944 bem como em um texto um pouco menos conhecido, denominado “The Essence of Fascism” de 1935, com as contribuições dos estudiosos contemporâneos que se debruçaram em compreender o movimento neoliberal. Entende-se aqui que este esforço de compatibilização pode nos ajudar a refletir acerca do que pode ser enquadrado nas soluções polanyianas e o que há de novo neste tipo específico de sociabilidade capitalista.

As contribuições de Karl Polanyi para a compreensão das consequências do processo de institucionalização de uma sociedade de mercado são fundamentais para a construção de um pensamento econômico crítico. A perspectiva histórico-antropológica do autor buscou desvendar os caminhos da transformação institucional que deliberadamente tentaram refundar a sociedade em torno do mito do mercado autorregulado. Antropologicamente, a obra de Polanyi nos mostra como esta sociedade organizada por mercados é uma exceção quando comparada a todas as outras possíveis formas de organização econômica das quais se tem registro. Historicamente, a descrição de Polanyi nos apresenta o Estado como figura central na própria constituição do sistema organizado por mercados. Nesse sentido, a “tríade catalática”, representada pelas mercadorias fictícias terra, trabalho e dinheiro, é apresentada pelo autor como elemento fundamental não só para a institucionalização de uma sociedade de mercado, mas também para sua própria extinção. Para Polanyi, a própria institucionalização das mercadorias fictícias seria o estopim de um contramovimento inescapável, uma reação da sociedade, contra os efeitos da mercantilização da vida. A solução definitiva para esta crise das sociedades de mercado seria, segundo o autor, ou o socialismo ou o fascismo. Polanyi (1944, 1935) advoga pelo primeiro mas tem consciência de que o segundo se torna uma terrível possibilidade.

Quase noventa anos depois de Polanyi (1935) apresentar suas soluções, encontramos hoje em uma situação delicada que decorre da crise dos países autodenominados socialistas no final dos anos 1980 e o avanço de um capitalismo desmesurado e desregulado ao longo das últimas décadas. Para muitos pensadores, esta nova sociedade de mercado seria resultado de um liberalismo reformado, ou neoliberalismo.

Apesar do termo neoliberalismo historicamente ter sido usado de formas um tanto diversas pela literatura econômica, nos últimos anos a maneira como o fenômeno neoliberal vem sendo abordado começou a apresentar certas convergências importantes. Nesse aspecto, além das contribuições seminais de Foucault (1979) sobre a episteme neoliberal¹, nos últimos anos começou-se a abordar o neoliberalismo como um “thought collective” (coletivo de pensamento)², ou seja, como um corpo de ideias e práticas que poderia ser compreendido através da identificação da história de seus participantes, de suas discussões e da disseminação destas ideias em *think tanks* e na mídia. Outra possibilidade aberta foi a identificação explícita das conexões entre estes participantes e as atividades de empresas, organizações, privadas, governos e diversos grupos ideologicamente organizados por razões outras.³ A ligação entre o neoliberalismo como episteme, como organização intelectual e como prática de agentes econômicos e políticos identificáveis seria o elemento fundamental no qual estas análises necessariamente desaguam.⁴ Neste trabalho, buscaremos conjugar estas perspectivas através do termo “movimento neoliberal”.

A compreensão atualizada sobre o movimento neoliberal nos fornece elementos novos para a reconsideração dos escritos de Polanyi (1935, 1944). Buscar-se-á argumentar aqui que o neoliberalismo se apresenta como uma solução específica que foge dos tipos estabelecidos por Polanyi em seus trabalhos. Nesse sentido, o neoliberalismo é compreendido como uma perspectiva fundamentalmente antidemocrática que, na mesma direção da solução fascista, tem como objetivo isolar o campo econômico da participação política popular. Ao mesmo tempo, o movimento neoliberal busca deliberadamente encapsular na esfera econômica todas as relações sociais, criando uma noção de pessoa específica, moldada em termos de uma visão mítica de comportamento empresarial. Como resultado, assim como Polanyi descreveu na solução fascista, se observaria a emergência de um Estado governado pelas corporações. Finalmente, a solução neoliberal é inovadora pois se torna capaz de ampliar a sociedade de mercado e, ao mesmo tempo, de proteger as elites capitalistas da reação decorrente do esgarçamento do tecido social.

O artigo se divide em quatro partes além desta introdução. No próximo item apresentaremos o pensamento de Karl Polanyi no que se refere à emergência da sociedade de mercado, seu caráter excepcional e a impossibilidade de sua realização. Após essa apresentação, no item seguinte, procuraremos mostrar como Polanyi identifica as soluções para a crise da sociedade colocando a democracia como elemento central que distingue a solução socialista da fascista. Na sequência, no item posterior, buscaremos rever algumas perspectivas contemporâneas dos estudiosos do neoliberalismo enfatizando o seu caráter planejado e fundamentalmente antidemocrático. Finalmente, no último item, procuraremos refletir acerca da solução neoliberal e a possibilidade de atualização das soluções propostas por Polanyi (1944, 1935).

Máquina, Mercado Autorregulado e Sociedade de Mercado

Um aspecto central e muitas vezes relegado às notas de rodapé nos estudos acerca do pensamento de Karl Polanyi é a sua perspectiva holística no que se refere às conexões entre a institucionalização do mercado autorregulado, a ampliação dos direitos democráticos e a emergência do movimento fascista na Europa do

¹ A compreensão do neoliberalismo como episteme “implica supor que, mais do que mera teoria econômica, este funcione como uma matriz de produção de discursos que atravessa diferentes dimensões da cultura” (Silva et. al, 2021:77).

² Este termo foi apresentado por Philip Mirowski (2013) para identificar o conjunto de pensadores, ideias, *think tanks* e o próprio processo de disseminação de ideias neoliberais constituído primordialmente a partir da formação da Sociedade Mont Pelerin em 1947. Devido a ser multifacetado, Mirowski assinala que o “Neoliberal Thought Collective” se constituiria como uma boneca russa, com muitas camadas de representação e ação, com semelhanças e conexões fortes entre cada uma.

³ Aqui encontramos trabalhos como os de Slobodian (2018) e a própria descrição de Djelic e Mousavi (2020) acerca da constituição da Atlas Network

⁴ Utilizaremos uma síntese das ideias de trabalhos de historiadores do movimento neoliberal, fundamentalmente Burgin (2012), Stedman Jones (2012), Slobodian (2018); assim como interpretações de relevo como Mirowski (2013), Dardot e Laval (2009), Brown (2019); e um conjunto de artigos recorrentemente referenciados pelos pesquisadores do campo.

século XX. A leitura de “A Grande Transformação” (AGT) revela este direcionamento argumentativo de Polanyi, o qual dedica os últimos capítulos do livro ao movimento fascista. Muito antes da escrita de AGT, Polanyi já havia escrito alguns textos sobre o movimento fascista, entre os quais destacamos o ensaio denominado “The Essence of Fascism” (TEF) de 1935. Neste texto Polanyi apresenta um conjunto de críticas aos filósofos fascistas, em especial a Othmar Spann (1878-1950), mas também explicita alguns argumentos que futuramente seriam retomados de maneira mais minuciosa em AGT. A tríade mercado autorregulado, socialismo e fascismo são um elemento unificador central destes escritos. Nesse sentido, não é de se estranhar de que Polanyi tivesse o plano, antes da escrita de AGT, de fazer um livro cujo o título seria “The Fascist Transformation.” Curiosamente, este livro, jamais escrito, tinha uma sinopse que se assemelhava em muito à linha argumentativa levada a cabo em AGT. (Dale e Desan, 2019:151)

Para compreender a tríade mercado autorregulado, socialismo e fascismo, devemos recorrer ao elemento fundamental que organizou a sociedade capitalista industrial: a maquinaria. Segundo Polanyi (1944), a Idade da Máquina teve sua origem na Inglaterra durante o século XVIII, vindo a se consolidar institucionalmente no primeiro terço do século XIX. A Idade da Máquina se caracteriza pelo momento histórico em que o sucesso material experimentado pela sociedade europeia associava-se à “subordinação pronta e até entusiásticas do ser humano às necessidades da máquina” (Polanyi, 1944: 209). Polanyi coloca em evidência que as sociedades que adotaram o industrialismo como forma de vida criaram deliberadamente certas estruturas institucionais que conduziam as necessidades, desejos e aspirações dos seres humanos de maneira associada às necessidades da maquinaria. Segundo o autor, as necessidades da máquina dependiam de uma transformação institucional da sociedade na qual as dinâmicas de acumulação e, conseqüentemente, a organização do trabalho e o acesso à terra deveriam estar disponíveis, em sua totalidade, para a produção industrial. Em outras palavras, a transformação deveria garantir institucionalmente o fluxo de seres humanos e da natureza para a uma produção e comercialização cada vez mais alargada e sem fronteiras. Para Polanyi a principal instituição que possibilitou a satisfação das necessidades da máquina foi o mercado autorregulado.

De acordo com Polanyi (1944), o mercado autorregulado subordina à sua lógica instituições econômicas e instituições não-econômicas, afetando diretamente os destinos da humanidade. As instituições econômicas seriam aquelas conectadas à transformação de recursos em bens materiais, à alocação produtiva desses recursos (leia-se recursos como trabalho, terra e dinheiro) e à distribuição dos bens materiais produzidos. Já as instituições não-econômicas seriam aquelas que afetam a reprodução da vida social das pessoas, inclusive nos aspectos morais e éticos, mas não afetam diretamente o processo de transformação econômica, por exemplo: a religião, a educação e a família.⁵

Para Polanyi (1944, 2012), a economia “real” (ou substantiva) seria originalmente o processo de transformação da natureza pelo ser humano, que através do trabalho, busca satisfazer suas necessidades; em suas palavras, “O significado substantivo provém da flagrante dependência do homem em relação á natureza e aos seus semelhantes para sobreviver” (Polanyi, 2012: 63). Para o autor, esta transformação da natureza depende da relação entre o ser humano e seu meio e da relação instituída entre os seres humanos. (Polanyi, 2012:78). Assim, Polanyi escapa da ideia de economia como manifestação unívoca das proclividades naturais humanas e apresenta uma concepção onde o ambiente e a cultura estabelecem uma miríade de possibilidade de interação, ou seja, de economias possíveis.⁶ Nesse aspecto, seguindo sua perspectiva, a economia substantiva seria simplesmente a economia humana, ou seja, “um processo institucionalizado de interação cuja função é suprir a sociedade de recursos materiais” (Polanyi, 2012:81)

⁵ Vale notar que autores institucionalistas radicais, muito inspirados nos escritos de Thorstein Veblen, apresentam argumento semelhante ao afirmar que a grande corporação seria a instituição dominante da sociedade industrial do século XX e que outras instituições, como a família, a educação e a religião teriam sido encapsuladas pelas práticas da instituição dominante. (Dugger, 1992)

⁶ O autor é claro nesse sentido: “A economia abrange o homem como coletor, cultivador transportador e criador de coisas úteis, e abrange a natureza, às vezes como silencioso obstáculo, outras como facilitadora, assim como abrange a inter-relação dos dois numa sequência de eventos físico, químicos, fisiológicos, psicológicos e sociais que ocorrem em escala menor ou maior” (Polanyi, 2012:80).

A subordinação da economia humana e das instituições não econômicas ao mercado autorregulado não seria natural e nem teria ocorrido de maneira espontânea. Segundo Polanyi (1944), a constituição da economia como uma economia de mercado foi resultado de um processo deliberado de mudança institucional que moldou os três elementos constitutivos que definem um sistema de mercado, ou seja, a tríade composta pelas mercadorias fictícias terra, trabalho e moeda. A descrição deste processo, objeto central de AGT, teria se iniciado nas transformações institucionais ocorridas na Inglaterra entre os anos de 1834 e 1846 com a instauração da: (i) Lei dos Pobres, que removeu proteções governamentais às populações pobres e disponibilizou um exército humano para servir como força de trabalho de acordo com lógicas de mercado; (ii) Lei dos Bancos, que instituiu o padrão-ouro e; (iii) a revogação das Leis do Cereais, que removeu a proteção de produtores agricultores locais e “deixou o desprotegido camponês da Europa continental aos caprichos do mercados” (Polanyi, 1944:218).⁷ Essas inovações institucionais, condicionaram legalmente e moralmente os humanos à apenas duas motivações específicas, estabelecidas na economia formalista como “razão humana”; estas seriam o medo da fome e a fome de ganho. Qualquer outra motivação que não fosse explicada pelo cálculo nestes dois polos cairiam na categoria de “ideal” ou “não-econômica” e por consequência “não-racional”. Ou seja, dentro da estrutura institucional de uma sociedade de mercado, a fome e o ganho passaram a ser considerados as únicas motivações “reais”, portanto “racionais” e “econômicas”.

Polanyi (1944) enfatiza que as novas motivações instituídas levaram a um novo patamar de entendimento sobre o ser humano. Segundo o autor, as outras motivações continuam atuando de forma implícita como na economia humana. Sendo assim, os seres humanos, para satisfazer suas necessidades de pertencimento, aceitam as novas institucionalidades implementadas. O medo da fome e o amor ao lucro seriam, portanto, consideradas suas motivações explícitas, mesmo quando implicitamente as motivações econômicas sejam outras. Dessa forma, os indivíduos consentem com a equiparação do “homem real” ao “homem econômico” e, por consequência, da “sociedade” ao “sistema econômico”.⁸

Pari passu com a institucionalização da sociedade organizada por mercados, teria emergido um tipo de interpretação acerca de sua realidade: o liberalismo. Para Polanyi (1944) este seria o corpo ideológico que promove a lógica do mercado, “uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado autorregulável” (Polanyi, 1944: 151). Nesse sentido, as instituições não-econômicas liberais se utilizaram do conceito de *laissez-faire*, que pode ser traduzido como a ideia de que as relações de troca entre os seres humanos não devem sofrer interferência externa, especialmente do Estado.⁹ Nesta perspectiva, estas relações vão sempre representar uma ordem natural virtuosa pois se fundam na própria natureza humana. Segundo o liberalismo, o ser humano teria uma tendência natural a trocar, a permutar, e, portanto, a única maneira de organizar a sociedade seria deixar a natureza humana se manifestar e intervir junto ao Estado para remover todas as influências externas, garantindo que os mercados funcionem livremente. Em outras palavras, as motivações criadas e a ilusão do *laissez-faire*, justificavam que o sistema econômico passasse a representar a sociedade e,

⁷ A compreensão dos papéis da terra e do trabalho nas diferentes economias é fundamental para a perspectiva de Polanyi. É na diferença de estatuto de cada um destes elementos que encontramos as diferenças das formas de integração de cada economia (reciprocidade, centralidade ou mercado). Nesse sentido o autor destaca que terra e trabalho nas sociedades tribais são organizados por meio de laços de parentesco; na sociedade feudal, por laços de vassalagem, e nas sociedades de mercado estes elementos se estabelecem como mercadoria (Polanyi, 2012: 92). Este assunto será tratado com mais profundidade ao longo deste texto.

⁸ Para Sahlins (1972), a redução do comportamento humano a esses dois princípios causa um fenômeno curioso na comparação entre sociedades guiadas pelas instituições de mercado e aquelas organizados por formas distintas de integração. A ação humana nas sociedades de mercado se caracteriza por uma insaciabilidade institucionalizada. A insatisfação é a pedra de toque deste tipo de integração. Consequentemente, nunca poderíamos dizer que estas seriam “sociedades da afluência”. Do lado oposto, falta às sociedades indígenas este elemento comportamental e a saciabilidade passa a ser uma característica de sua economia. Nesse sentido, para Sahlins, estas seriam as verdadeiras sociedades afluentes.

⁹ Vale assinalar que Polanyi (1944: cap.12) buscou apontar as diferenças entre o liberalismo e o *laissez-faire*, que comumente são identificados como sinônimos. Polanyi nos avisa que o liberalismo se utiliza do estado sem hesitação em função de implementar o mercado autorregulado, enquanto que o *laissez-faire* rejeita o estado. Assim, o oposto do intervencionismo seria o *laissez-faire*, mas não o liberalismo.

portanto, a dinâmica de funcionamento dessa sociedade estaria subordinada à lógica do mercado autorregulado.¹⁰

A institucionalização das mercadorias fictícias terra, trabalho e dinheiro, teria provido todos os elementos necessários ao fluxo da produção industrial. Estes elementos foram reconfigurados de maneira inovadora para serem acessados segundo a lógica de mercado. Se associarmos isso ao fato de que as motivações “racionais” do ser humano seriam o ganho (ou lucro) e o medo fome, teríamos que os trabalhadores se disponibilizariam a vender seu trabalho por um salário para sobreviverem e os empresários, motivados pelo lucro, poderiam encontrar no mercado a força de trabalho para sua indústria, a terra para implementar sua produção fabril bem como as matérias-primas que serão transformadas, e o dinheiro para comprar todas essas “mercadorias” necessárias à produção para implementarem suas atividades, as quais também auferem lucros no mercado via a venda daquilo que foi produzido. Nesse sentido, todos os elementos da atividade econômica teriam sido reconfigurados institucionalmente visando a integração possibilitada pelo mercado autorregulado, fundando-se, portanto, uma sociedade de mercado.¹¹ Assim, Polanyi aponta que, ao contrário do que a retórica do *laissez-faire* propunha, a sociedade integrada por mercados foi viabilizada pela intervenção do Estado. Esta intervenção não teria ocorrido apenas quando da implementação do mercado autorregulado, mas teria uma natureza contínua. Segundo o autor: “[A] introdução dos mercados livres, longe de abolir a necessidade de controle, regulamentação e intervenção, incrementou enormemente o seu alcance. Os administradores tinham que estar sempre alertas para garantir o funcionamento livre do sistema. Assim, mesmo aqueles que desejam ardentemente libertar o estado de todos os deveres desnecessários, e cuja filosofia global exigia a restrição das atividades do estado, não tinham outra alternativa senão confiar a esse mesmo estado os novos poderes, órgãos e instrumentos exigidos para o estabelecimento do *laissez-faire*” (Polanyi, 1944:157).

A importância de explicar o caráter arbitrário e planejado das instituições que constituem as economias de mercado nos ajuda a compreender como estas instituições acabam por subordinar o próprio ser humano e a natureza a um tipo problemático de integração social. Polanyi insiste em que o mercado autorregulado como forma de integração é uma excepcionalidade na história da humanidade. Para ele, os fundamentos deste tipo de sociabilidade estariam em completa desconexão com as próprias características do ser humano em termos dos registros etnográficos existentes pois segundo estes registros “não se evidenciam o egoísmo cru nem a apócrifa ‘propensão para comerciar, permutar e trocar’, tampouco a tendência a cuidar de si mesmo” (Polanyi, 1944:215). Ao analisar trabalhos de Bronislaw Malinowski e Richard Thurnwald, Polanyi coloca em evidência que em sociedades ditas primitivas, a organização econômica instituída garantia que o indivíduo participasse na partilha de bens produzidos (ex: alimentos) pelo simples fato de fazer parte daquela sociedade. O medo da fome não era a motivação para o trabalho, até porque tamanha ameaça só atingiria o indivíduo, na maioria das vezes, se o resto da sociedade estivesse enfrentando desafio igual. A motivação de lucro através da produção e troca de mercadorias também era inexistente ou marginal nessas sociedades e de fato não se sustenta de acordo com qualquer relato etnográfico apontado pelo autor. Nesse sentido, Polanyi afirma que nestas sociedades o econômico estaria submetido aos determinantes sociais e não vice-versa:

“...não há qualquer diferença entre uma sociedade primitiva e uma sociedade civilizada, nesse aspecto. Quer nos voltemos para a antiga

¹⁰ Como veremos, mas à frente, esta tendência naturalista do liberalismo será contornada pelo movimento neoliberal.

¹¹ Segundo o autor: “A market economy is an economic system controlled, regulated, and directed by market prices; order in the production and distribution of goods is entrusted to this self-regulating mechanism. An economy of this kind derives from the expectation that human beings behave in such a way as to achieve maximum money gains. It assumes markets in which the supply of goods (including services) available at a definite price will equal the demand at that price. It assumes the presence of money, which functions as purchasing power in the hands of its owners. Production will then be controlled by prices, for the profits of those who direct production will depend upon them; the distribution of the goods also will depend upon prices, for prices form incomes, and it is with the help of these incomes that the goods produced are distributed amongst the members of society. Under these assumptions order in the production and distribution of goods is ensured by prices alone.” (Polanyi, 1944:71-72).

cidade-estado, para os impérios despóticos, o feudalismo, a vida urbana do século XIII, o regime mercantilista do século XVI ou o regulamentarismo do século XVIII, veremos que o sistema econômico funde-se invariavelmente com o social. Os incentivos brotam de uma grande variedade de fontes como o costume, a tradição, o dever público e o compromisso privado, a prática religiosa e filiação política, a obrigação judicial e a regulamentação administrativa estabelecida pelo príncipe, pela municipalidade ou pela corporação. Hierarquia e status, compulsão legal e ameaça de punição, aprovação na vida pública e bom nome na vida privada, tudo isso garante que o indivíduo contribua com a parte que lhe compete para a produção” (Polanyi, 2012:216).

Ao contrário da visão neoclássica, que tem como premissa que a única forma de organização econômica dentro de uma sociedade é a troca mercantil, Polanyi (2012, 1944) destaca que existiriam outras três formas de integração e seus respectivos modelos institucionais : (i) a reciprocidade, na qual um modelo institucional simétrico permite que grupos ou subgrupos estabeleçam relações de mutualidade recíproca com seus pares simetricamente identificados realizando, por exemplo, trocas de dádivas estabelecidas em um sistema de prestações e contraprestações, afastados assim de qualquer conceito de equivalência¹²; (ii) a redistribuição, um modelo institucional baseado na centralidade, no qual alguma entidade centralizadora arrecada, armazena e redistribui recursos para o resto dos integrantes da comunidade de acordo com uma regra estabelecida de cunho tradicional¹³ e; (iii) a domesticidade, modelo institucional baseado no princípio da autarquia que compreende a produção e o armazenamento, visando a satisfação das necessidades da própria pessoa ou grupo.¹⁴ Desta maneira, Polanyi (1944, 2012) ressalta que a troca mercantil para a maioria das sociedades, não era a principal forma de integração, sendo menos importante que a redistribuição, reciprocidade e domesticidade. Neste caso, a integração das comunidades por meio de mercados seria uma grande exceção em termos de organização econômica.¹⁵

Como apontamos, a análise de Polanyi conclui que a institucionalização do mercado autorregulado e a organização da sociedade sob uma economia de mercado não eliminam o fato dos seres humanos, e a sociedade como um todo, continuarem a se mover, mesmo que intrinsecamente, sob motivações outras que não a busca do ganho econômico, como, por exemplo, o status, o amor, o pertencimento, a tradição e etc. Buscando dar conta da interação entre os determinantes comportamentais de mercado e aqueles que comandam a

¹² O exemplo mais conhecido desta forma de integração se encontra nos registros etnográficos de Malinowski (1922) e na análise de Mauss (1950). No caso, o sistema de trocas de dádivas entre os trobriandeses conhecido pelo termo Kula mostra o enredado de relações simétricas num sistema de dívidas iterativas. Segundo Malinowski (1922): “O princípio básico em que se assentam as regras da transação propriamente dita é o fato de que o Kula consiste na doação de um presente cerimonial em troca do qual, após certo tempo, deve ser recebido um presente equivalente... [a] equivalência do contrapresente é decidida pelo seu doador e não por imposição ou qualquer tipo de coerção” (165).

¹³ Aqui, o exemplo mais referido é o potlatch dos Kwakiutl norte-americanos. Antes de Polanyi, Thorstein Veblen (1889) já fazia menção ao potlatch para se apresentar às práticas ostentatórias de queima de riqueza deste grupo indígena muito estudado por Franz Boas. As festas dos Kwakiutl onde eram queimadas mantas e gordura de baleia podem ser compreendidas como uma forma de redistribuição em favor da honra do líder tribal e conseqüentemente da tribo que promove a festa, como assinalado por Mauss (1950): “Os bens se perdem no potlatch como são perdidos na guerra, no jogo, na luta. Em alguns casos não se trata sequer de dar e retribuir, mas de destruir” (239).

¹⁴ Sahlins (1972) e Clastres (1974) enfatizam o ideal autárquico dos grupos indígenas que, ao contrário do mito do trocador natural, buscam produzir tudo aquilo que necessitam para evitar depender de qualquer tipo de troca com grupos externos. Os grupos buscam assim manter sua independência com relação a outros grupos. Nesse sentido, a autarquia é a regra entre os grupos indígenas e a troca seria uma exceção.

¹⁵ O problema para Polanyi surge quando o teórico social assume que a atividade econômica deve ser considerada como orientada ao ganho; nesse aspecto emerge uma falácia economicista e fundamentalmente etnocentrista que entende que todas as economias não ocidentais seriam protótipos pouco desenvolvidos de uma economia de mercado

sociabilização humana fora desta esfera, Polanyi (1944) propôs um dos seus conceitos mais famosos, qual seja, o nível de enraizamento (*embeddedness*) da economia. Quanto mais enraizado é um processo econômico, mais ele reflete os conjuntos das práticas sociais e é submetido a estes determinantes; por outro lado, quanto menos enraizado, ou mais desenraizado (*disembedded*), mais as determinações econômicas se apresentam em separado ou de forma independente dos condicionantes sociais. Ou seja, a instauração e a ampliação do alcance da economia de mercado, na qual o homem e a natureza são vendidos como mercadoria, deslocou o processo econômico para longe das práticas da vida social e aumentou o nível de desenraizamento da economia.

O que se pode concluir da perspectiva de Polanyi (1944, 2012) é que o processo de desenraizamento das economias das sociedades ocidentais não se deu de maneira espontânea, mas foi deliberadamente calculado e levado a cabo a partir do Estado. Nesse sentido, o processo de implementação de uma economia regulada por mercados transformou radicalmente as instituições das sociedades ocidentais, gerando tensões e crises. Isso se manifestou no que Polanyi chama de duplo movimento (*double movement*), ou seja, o processo que o se observa quando o movimento de expansão do mercado, e da lógica liberal, é acompanhado de um contramovimento que limita essa expansão. O contramovimento tenta restringir principalmente as consequências sociais da institucionalização das mercadorias fictícias. Isso pode ser observado, por exemplo, na luta por direitos trabalhistas, por direitos de organização dos sindicatos, por políticas de reforma agrária, por seguridade social, por saúde pública, dentre outros. Esses movimentos que geraram algumas conquistas sociais foram observados já na segunda metade do século XIX, como por exemplo do Workmen's Compensation Act na Inglaterra em 1923 (Polanyi, 1944), ou a criação dos primeiros elementos de um Estado de Bem-Estar Social em 1883 por Otto von Bismark na Alemanha como resposta à luta por direitos dos trabalhadores urbanos organizados pelo então revolucionário Partido Social Democrata (Fay, 1950).

O contramovimento é uma reação não planejada à organização da vida condicionada pelo planejamento de um mercado autorregulado. Esta reação se concentra principalmente nas tentativas de restrição da expansão das mercadorias fictícias uma vez que, de acordo com Polanyi (1944), subordinar o homem e a natureza ao mercado autorregulado seria a mesma coisa que aniquilá-los.¹⁶ Nesse ponto já podemos observar como a sociedade de mercado coloca em risco as próprias bases sociais e naturais que sustentam a economia substantiva. Ela não somente propõe uma lógica que aniquila a essência do mundo vivo, como também põe em risco o próprio sistema produtivo econômico do qual o homem é totalmente dependente. Em outras palavras, ao mesmo tempo que o mercado autorregulado é eficaz para atender as necessidades da máquina ele, contraditoriamente, carrega as sementes para a destruição e aniquilação do processo produtivo que alimenta essas mesmas necessidades.

Liberdades, Democracia e Fascismo

A partir da descrição acima, uma questão inescapável deve ser formulada. Se a aplicação do ideal do mercado autorregulado no mundo real gera inúmeras tensões sociais e necessita de constantes intervenções, tanto para manter o seu funcionamento quanto para evitar a autodestruição da sociedade, então quem estaria interessado na manutenção desta problemática dinâmica? Para responder esta questão, é essencial discutamos a visão do Polanyi (1935, 1944) sobre os conceitos de liberdade, democracia e fascismo.

Para Polanyi (1944), a liberdade da humanidade está condicionada ao quanto as pessoas comuns conseguem se manifestar e agir na esfera política, possibilitando assim acesso aos bens produzidos pela sociedade, a segurança de uma vida digna, as possibilidades de cooperação com os seus pares, a criação de

¹⁶ Não obstante, os perigos das mercadorias fictícias organizadas sob um mercado autorregulado expressam o ápice de suas contradições quando analisamos a mercadoria menos óbvia da tríade: o dinheiro. Polanyi (1944) assinala que os riscos de volatilidade do dinheiro em uma economia que o submete às regras do mercado coloca em risco o próprio sistema produtivo, afetando inclusive a busca pelo lucro do capitalista. Isso encorajou inclusive partidários do liberalismo, como David Ricardo, a advogar pela criação de bancos centrais e a gestão de sistemas monetários nacionais com intuito de salvaguardar o setor produtivo, o que curiosamente representaria um tipo de contramovimento.

bens públicos e a participação ativa nas decisões da sociedade. Entretanto, a criação dessas liberdades não interessaria às classes abastadas, que gozam de segurança inclusive em seu ócio. Nas palavras do autor, o conflito entre as classes gira em torno da própria constituição do que é liberdade, uma vez que as classes abastadas “estão naturalmente menos propensas a ampliar a liberdade da sociedade do que aquelas que, por falta de rendas, têm que se contentar com um mínimo de liberdade” (Polanyi, 1944:279). Sendo assim, pode-se inferir que as elites capitalistas, e inclusive parte da classe média, são defensores do liberalismo, onde a única liberdade que realmente importa é a livre iniciativa de suas empresas. Para os liberais interessa a manutenção e expansão da economia de mercado, com um montante de regulação suficiente para evitar que a institucionalização das mercadorias fictícias gere uma dinâmica de volatilidade ou desorganização do processo produtivo que destrua os lucros que alimentam as liberdades destas classes. Temos aqui uma linha clara que separa o liberalismo, que defende as liberdades das classes abastadas via ampliação da atuação do mercado autorregulado, e a liberdade, que seria “um direito prescritivo que se estende muito além dos estreitos limites da esfera política para dentro da organização íntima da própria sociedade” (Polanyi, 1944:265). Nesse sentido, Polanyi descola completamente a concepção de *liberdade da liberdade de agir no mercado*. Para o autor, os seres humanos poderiam criar as liberdades que quisessem, ou seja, a liberdade de agir no mercado não teria nenhuma relação com outras liberdades que a sociedade decidisse serem fundamentais.

A tentativa de fazer convergir a liberdade de agir no mercado e a liberdade propriamente dita gera conflitos, os que resultam mais evidentes quando o sistema econômico de mercado está desenraizado a ponto de acabar por submeter todas as dinâmicas sociais a seus princípios. Vale lembrar que no período histórico em que Polanyi se inspira, as crises sociais criadas pela implantação do mercado autorregulado eram acompanhadas de uma incapacidade de resposta das nações europeias por conta da mobilização dos estados pela manutenção da mercadoria fictícia moeda, ou seja, do padrão-ouro. Polanyi (1944) assinala que esta situação criou uma acentuação de problemas sociais, ocasionando uma grande pressão das populações sobre os governos locais. Os problemas foram agravados com a Primeira Guerra Mundial e a posterior tentativa de reestabelecimento do padrão-ouro, que foi acompanhada pela pressão orçamentária sobre os países perdedores, que necessitavam pagar espólios de guerra.

Para Polanyi (1944), a falta de efetividade dos mecanismos de sufrágio para conseguir a resolução dos problemas citados acima e a inflexibilidade dos liberais à regulamentação das mercadorias fictícias e controle estatal começaram a gerar ondas de reação não planejadas por toda a Europa. Segundo o autor, os contramovimentos, ao se darem conta que os mecanismos de controle disponíveis não davam respostas efetivas ao nível elevadíssimo de desenraizamento da economia, começaram a desembocar em ondas de disrupção sistêmica. Assim, Polanyi afirma que a organização da sociedade sob a lógica do mercado autorregulado, culminaria na superação da sociedade de mercado por uma de duas vias: a conquista da liberdade pela população através do socialismo, ou a supressão total das liberdades através do fascismo.

Para Polanyi (1935), o socialismo e o fascismo apresentam soluções distintas para a crise do mercado autorregulado. A grande diferença entre os dois está na possibilidade de extensão dos princípios democráticos ao campo econômico. Indo aos fundamentos sociológicos das democracias modernas, Polanyi assinala que o cristianismo foi responsável por elevar o indivíduo ao nível de ser considerado o grande valor geral do mundo ocidental e, para além disso, que os desenvolvimentos de processos verdadeiramente democráticos inevitavelmente desaguariam no socialismo. O autor é claro: “The extension of the democratic principle to economics implies the abolition of the private property of the means of production, and hence the disappearance of a separate autonomous economic sphere: the democratic political sphere becomes the whole of society. This, essentially is socialism” (Polanyi, 1935:392). Nesse sentido, a solução socialista estaria de acordo com os princípios democráticos das sociedades modernas, abrindo espaço para a politização do campo econômico e permitindo assim um reenraizamento da economia.¹⁷

¹⁷ O socialismo que Polanyi tinha em mente incluía a necessidade de planejamento, regulamentação e controle da economia, que “...permitem alcançar a liberdade não apenas para poucos, senão para todos (...)” Todavia, esse caminho encontra-se obstruído por

Em oposição à solução socialista, o fascismo se apresenta como uma solução através da abolição da esfera democrática. Assim, o fascismo seria caracterizado por “negar o postulado de liberdade” (Polanyi, 1944:268) e relegar a totalidade da organização da sociedade ao poder e à coerção. Ao destruir a esfera político-democrática, apenas restaria a economia e conseqüentemente “capitalism as organised in the different branches of industry becomes the whole of society” (Polanyi 1935: 392). Surge então um estado corporativo onde os diferentes ramos da indústria possuiriam o privilégio de serem os repositórios de quase todo o poder executivo, legislativo e judiciário, poderes estes antes pertencentes ao estado democrático. Para o autor, o fascismo é a negação da liberdade e a negação do direito de reação a todas as injustiças, inclusive aquelas que aniquilam o ser humano e a natureza, assim como fazem as mercadorias fictícias. Desta maneira, o fascismo reconheceria a impossibilidade de implementação democrática do mercado autorregulado e se colocaria como solução antidemocrática em defesa do interesse das classes dominantes. Sintomaticamente e exatamente por ser uma solução das elites capitalistas, o fascismo não nasce como um movimento de base popular. Como Dale e Desan (2019) apontam, “the secret of fascims’s advance was not the numerical strength of its support base but the tacit support it received from capitalists, the judiciary, the army and police, and crucially, the weakening of the labor movement” (155).¹⁸

Em termos sintéticos, a solução socialista ou a solução fascista consistem em respostas alternativas à destruição do tecido social decorrente da institucionalização do mercado autorregulado. A solução socialista reunifica democraticamente a sociedade, permitindo um reenraizamento da esfera econômica e possibilitando a emergência de uma comunidade econômica e politicamente igualitária. A solução fascista é fundamentalmente antidemocrática, sendo o resultado de uma reação das elites dominantes à possibilidade de avanço de um controle democrático e popular sobre os seus negócios. O medo de um governo popular seria o elemento chave que despertaria o “vírus fascista” (Cangiani, 2012). O estado antidemocrático e corporativo fascista funde a desigualdade econômica à desigualdade política de maneira explícita, permitindo o aprofundamento do desenraizamento da sociedade.

Abordando o movimento neoliberal

Vimos no item anterior como a institucionalização da sociedade de mercado pode alimentar um contramovimento que, a depender das condições econômicas e políticas, resultaria ou numa solução fascista ou em outra democrática-socialista. É importante levar em consideração que os estudos de Polanyi têm como seu objeto de análise história a Europa do século XIX e do início do século XX. Nesse sentido, é necessário expandir e reavaliar algumas das perspectivas deste pensador para compreender os fenômenos socioeconômicos fundamentais da virada do século XX para o XXI, em especial aquilo que ficou conhecido como neoliberalismo.

O termo neoliberalismo geralmente é associado às políticas de austeridade fiscal, restrição monetária, privatizações, desregulamentação dos mercados, abertura comercial, quedas de tarifas alfandegárias e liberalização financeira que dominaram a agenda política e econômica das nações ocidentais a partir dos anos 80. Esta perspectiva, embora verdadeira e clara, não é suficiente para pensar a amplitude do movimento

um obstáculo moral. O planejamento e o controle são atacados como sendo a negação da liberdade (...) A liberdade que a regulação cria é denunciada como não-liberdade; a justiça, liberdade e bem estar que oferece são execrados como camuflagens da escravidão” (Polanyi 1944: 265).

¹⁸ No capítulo 20 de AGT, Polanyi (1944) é claro em apontar que a situação fascista “nunca foi um movimento de grandes massas e que sua força potencial é reconhecida não pelo número de adeptos, mas pelo fato de os líderes fascistas gozarem da boa vontade de pessoas em postos de relevância, cuja influência na comunidade podia defende-los das conseqüências eventuais de uma revolta abortada, afastando assim os riscos da revolução” (260).

neoliberal e pode gerar interpretações confusas acerca da própria natureza do neoliberalismo.¹⁹ Buscando dar conta desta amplitude, na última década o estudo sobre o movimento neoliberal ganhou grande folego com contribuições radicais de historiadores, antropólogos, sociólogos e economistas críticos. Estes estudos saíram da simples consideração do neoliberalismo como um fenômeno político e passaram a demonstrar o seu caráter multifacetado, conformando ao mesmo tempo uma governamentalidade, ou seja, um conjunto de saberes, tecnologias e práticas que projeta certo tipo de racionalidade, de liberdade e subjetividade humana; um conjunto de ideias que foram sendo construídas ao longo do século XX em um consórcio internacional de *think-tanks* e também através de um processo ativo de grupos econômicos e políticos interessados em isolar os processos econômicos das decisões democráticas das sociedades.

A compreensão das ideias centrais do institucionalismo de Karl Polanyi nos encaminha a destacar três elementos das pesquisas que se debruçaram sobre o fenômeno neoliberal. Nesse sentido, é preponderante que nos atenhamos (i) à ênfase dos proponentes neoliberais para uma ação ativa do estado no sentido de planejar e implementar uma sociedade de mercado, (ii) à compreensão de como a racionalidade e a subjetividade são redefinidas nesta perspectiva e; (iii) ao caráter autoritário, conforme assinalado acima, desta ordem planejada uma vez que a garantia de seu funcionamento depende do grau de isolamento do campo econômico em relação às demandas políticas das sociedades democráticas.

A história do movimento neoliberal enquanto movimento organizado é abordada de diferentes maneiras, de acordo com os interesses dos diversos pesquisadores. Em termos sintéticos, podemos dizer que foram propostas três diferentes datas de nascimento dele; a primeira e mais comum aos analistas é o Colóquio Walter Lippman (CWL) realizado em Paris em 1948, a segunda seria o encontro inicial da Sociedade Mont Pelerin (SMP) em 1947 e a terceira, destacada com menor frequência, retorna à fundação da Câmara de Comércio da Indústria da Baixa Áustria (CCI) em 1907.²⁰ Para além da discussão de sua história, a grande referência teórica para a análise do pensamento neoliberal é Michael Foucault em seu “ Nascimento da Biopolítica” de 1979. Neste livro, que consiste em uma transcrição de um de seus cursos no Collège de France oferecido entre 1978 e 1979, Foucault busca mostrar como a literatura liberal do século XX se posiciona para além da defesa do *laissez-faire* e na confiança no mercado como uma ordem virtuosa e avessa à intervenção estatal, conformando uma verdadeira episteme. Para Foucault, os economistas austríacos, os ordoliberais alemães e os economistas da Escola de Chicago apresentavam um novo tipo de compreensão sobre o papel do estado numa sociedade organizada por mercados. Neste novo liberalismo, ou neoliberalismo, o estado apareceria como figura central pois é ele quem estabeleceria o quadro jurídico e institucional que garantiria a implementação e consequente existência do mercado autorregulado. Nesse sentido, o mercado autorregulado seria a expressão de um novo tipo de governamentalidade, ou seja, uma estrutura institucional estabelecida pelo estado para gerar um único tipo de liberdade específica: a liberdade de agir concorrencialmente a partir dos sinais deste mercado. Nesse sentido, Dardot e Laval (2009), fazendo eco a Foucault, assinalam que o neoliberalismo “em oposição à fobia spenceriana de Estado, reconhece que a ordem de mercado não é um dado da natureza, mas um produto artificial de uma história e de uma construção política” (69-70). Esta ênfase dos pensadores neoliberais acerca do papel do estado na implementação de uma sociedade de mercado se aproxima exatamente daquilo que Polanyi (1944) verificou no processo de constituição do mercado autorregulado na primeira metade do século XIX na Inglaterra. Como vimos, para Polanyi o mercado autorregulado foi fruto do

¹⁹ Segundo Gago (2015) o problema reside em considerar o neoliberalismo apenas como um uma racionalidade macropolítica, ou seja, como um conjunto de políticas sociais e econômicas implementadas pelo estado e não pensá-lo como uma proliferação de modos de vida que “reorganizan las nociones de libertad, cálculo y obediencia, proyectando una nueva racionalidad y afectividad colectiva” (23). Nesse aspecto, Gago enfatiza que considerar o neoliberalismo apenas como macropolítica pode gerar a compreensão equivocada de que ele poderia acabar, como se fosse com um passe de mágica, a partir de uma mudança de governo.

²⁰ Apesar das diferentes datas de nascimento, encontramos os mesmos pais fundadores em todas elas: Fundamentalmente Ludwig von Mises e Friedrich Hayek na CCI, CWL e SMP e; Wilhelm Ropke, Alexander Rustow, Michael Polanyi, Raymond Aron, Bertand Jouvenel e Jacques Rueff no CWL e SMP. Indica-se aqui a referência a três trabalhos fundamentais sobre a história do movimento neoliberal, a saber Burgin (2012), Stedman Jones (2012) e Slobodian (2018).

planejamento! Nesse sentido, é interessante compreender que, se o estado sempre esteve presente na condução das sociedades de mercado, talvez admitir explicitamente a necessidade de sua intervenção tenha possibilitado ao movimento neoliberal uma maior capacidade para controlar a reação da sociedade à destruição do tecido social assim promovida. Foucault (1979) dá ênfase exatamente à reconsideração dos pensadores neoliberais a respeito da ação humana e o papel do estado. O autor assinala que os economistas liberais do século XVIII e XIX entendem que o *laissez-faire* seria o resultado político de uma economia de mercado. A perspectiva liberal, portanto, entenderia os efeitos benéficos da concorrência como uma expressão da natureza humana, sendo que a sua preservação seria a defesa do próprio ser humano. No neoliberalismo, a concorrência só apareceria a partir de “algumas condições que terão que ser cuidadosa e artificialmente organizadas. Significa, pois, que a concorrência pura não é um dado primitivo. Só pode ser o resultado de um longo esforço, e na verdade a concorrência pura nunca será alcançada” (Foucault, 1979:158). Então teríamos aqui uma grande novidade, a concorrência só poderia emergir “se for produzida por uma governamentalidade ativa” (Foucault, 1979:159). Em essência o neoliberalismo compreende que a economia de mercado não seria a antítese da intervenção governamental, mas sim é esta intervenção, atenta e permanente, que cria a concorrência e o mercado como uma artificialidade. A institucionalização da concorrência como fundamento desta sociedade de mercado, agora desligada da natureza humana, possibilitou a própria reconfiguração do que é o ser humano no neoliberalismo.

O indivíduo neoliberal se apresenta como um elemento novo, que alarga a concepção liberal da razão humana apontada como fundamentada pelo medo da fome e a fome de lucro. A perspectiva neoliberal vai além e desenvolve uma nova ontologia que elimina a separação entre trabalhadores e empresários. É aqui onde a Escola de Chicago teria dado seu maior contribuição. Para Foucault (1979), a ideia de que o ser humano é um empresário de si mesmo seria a grande novidade do movimento neoliberal. Isto poderia ser evidenciado a partir dos escritos de Gary Becker, o qual teria desenvolvido a compreensão de que qualquer ação humana, incluindo o próprio trabalho humano, poderia ser decomposto em capital e rendimento. Na visão neoliberal aquilo que o trabalhador realiza se reduz ao desempenho de uma máquina no capitalismo, ou seja, uma máquina que justifica sua existência a partir do diferencial entre a quantidade de capital dispendido e as rendas que pode gerar ao longo de sua vida útil (salários). O capital neste sentido pode ser compreendido de maneira flexível, significando dinheiro, esforço ou tempo. O sujeito, além de figurar como um processo ininterrupto de escolha passaria a ser, ele próprio, um repositório destas escolhas, habilitando a ideia de que “são as suas escolhas que definem quem você é” (Silva et.al., 2021:110). Mirowski (2013) refina esta leitura, mostrando que esta noção de pessoa neoliberal teria como característica incontestável a fragmentação do indivíduo, assim este humano neoliberal não se entenderia como:

“just an employee or student, but also simultaneously a product to be sold, a walking advertisement, a manager of her résumé, a biographer of her rationales, and an entrepreneur of her possibilities. She has to somehow manage to be simultaneously subject, object, and spectator. She is perforce not learning about who she really is, but rather, provisionally buying the person she must soon become. She is all at once the business, the raw material, the product, the clientele, and the customer of her own life. She is a jumble of assets to be invested, nurtured, managed, and developed; but equally an offsetting inventory of liabilities to be pruned, outsourced, shorted, hedged against, and minimized. She is both headline star and enraptured audience of her own performance.”
(Mirowski, 2013:50)

Em termos sintéticos, a noção de pessoa neoliberal reestrutura o indivíduo a partir de um ideal competitivo no qual ele deve incessantemente tomar decisões que garantam a vendabilidade de seu produto,

mesmo que este produto seja ele mesmo.²¹ Um indivíduo “empresário de si mesmo”, certamente, é a maior novidade do movimento neoliberal a respeito da reconfiguração da ação humana. O modelo da empresa individual passa a ser valorizado como o modelo padrão para o ser humano, o qual deve ser cultivado sempre.²² O trabalhador se compreende como um sujeito que deve inovar, investir em novos conhecimentos, operar sua vida e enfrentar riscos no espaço competitivo do mercado de trabalho.²³ O movimento neoliberal igualou o comportamento humano ao comportamento da firma e, através de sua rede de *think tanks* e plataformas midiáticas amplas e muito bem organizadas, disseminou essa nova ideia do humano.²⁴ Não é de se estranhar que o filósofo italiano Franco Berardi (2009) tenha assinalado que o neoliberalismo produziu “efeitos de mutação no organismo que são mais profundos do que aqueles produzidos pelo nazismo, porque não atuam sobre as formas superficiais do comportamento, mas sobre o conjunto biológico, cognitivo, sobre a composição química da sociedade” (Berardi, 2009:87). Esta transformação do “conjunto biológico” não é um exagero de Berardi, uma vez que, seguindo as observações de Susan Mckinnon (2005), hoje estaríamos testemunhando a extensão destes princípios neoliberais de comportamento para o campo biológico através da psicologia evolucionária. Nesse aspecto, os seres vivos seriam todos investidores programados geneticamente para maximizar sua taxa reprodutiva. A última estação do movimento neoliberal não seria apenas reestruturar a noção de pessoa como competidores “empresários de si”, mas os próprios seres vivos como seres portadores de uma genética neoliberal.

Como Polanyi (1935) assinala, a reação das elites capitalistas à destruição do tecido social se apresenta como solução fascista, caracterizada pela destituição da esfera político democrática. Baseado nas pesquisas sobre o movimento neoliberal, podemos dizer que foi exatamente nesse sentido que emergiu durante o século XX uma ação coordenada dos grandes capitais, estados e grupos de interesse na construção de uma estrutura institucional, fora e dentro dos estados-nação, que visava reduzir o espaço de decisão democrática das sociedades contemporâneas. Como veremos, democracia é um grande problema para o neoliberalismo.²⁵

A história intelectual do movimento neoliberal apresenta uma preocupação recorrente ao longo do século XX com os perigos da democracia. Polanyi (1931:392) já assinalava essa característica dos “economistas da escola de Mises” para os quais “o fascismo era tolerado como salvaguarda da economia liberal.” Esta tendência antidemocrática é colocada em evidência por analistas recentes do neoliberalismo, os quais fazem uma ponte importante com a reflexão de Polanyi. Para além dos elogios ao fascismo, ou participação efetiva no governo nazista,²⁶ em diversos momentos, ao longo do século XX, pensadores chave do movimento neoliberal se posicionaram e participaram diretamente em atividades que incluíam o cerceamento da participação popular nas decisões políticas em diversos países. Burgin (2012) e Stedman Jones (2012) mostram as convergências dos participantes dos encontros da SMP em torno da necessidade de restringir as democracias para garantir a ordem de mercado, algo que ficava em evidência nos anos 50 nos debates internos sobre as políticas coloniais do *think tank*. A questão era simples: a democracia era um perigo para o capitalismo, assim a preocupação era que as “colonies would quickly enact protectionist and

²¹ Segundo Dardot e Laval (2009:333): “Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo trabalhar a si mesmo com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se e tornar-se sempre mais eficaz.”

²² Nesse sentido Fisher (2009) destaca que o neoliberalismo apresenta o realismo capitalista como conquista política, ou seja, a ideia de um mundo onde “não há alternativa.” Tal realismo seria se fundamenta exatamente “em impor um tipo de realidade modelada sobre as práticas e premissas vindas do mundo dos negócios” (143)

²³ Curiosamente, este indivíduo-empresa seria um ser ontologicamente vazio pois, se ele realiza decisões sobre ele mesmo, como um campo externo de aplicações e gerador de rendas, então onde ele estaria? Sobre esta discussão indicamos Silva et. al. (2021).

²⁴ Sobre a organização e hierarquia dos *think tanks* neoliberais indicamos Djelic e Mousavi (2020)

²⁵ O caráter não democrático da sociedade neoliberal leva à constituição do que Earle, Moran e Ward-Perkins (2017) denominam “Econocracia”, ou seja, “Uma sociedade na qual as metas políticas são definidas em termos dos seus efeitos na economia, a qual é considerada como sendo um sistema com sua própria lógica que precisa de especialistas para administrá-la”. (2017: 7)

²⁶ Como é o caso de Gunter Schmolders, membro de destaque do SMP.

redistributive policies if granted control over their own affairs, as they argued [SMP] that this provide grounds for continued foreign domination of their governments” (Burgin, 2012:119). Como latino-americanos é necessário lembrar dos famosos elogios de Friedrich Hayek²⁷ à ditadura de Augusto Pinochet no Chile, a quem prestou consultoria junto com Milton Friedman na década de 70.²⁸ O mesmo Hayek, tímido crítico do apartheid na África do Sul, descrevendo-o como uma “injustiça e erro”, passava a ser um ardente combatente, junto a diversos membros da SMP, às políticas de embargo internacional àquele país. Outros membros do SMP eram um pouco mais radicais e alguns deles, como William Ropke e William Hutt, defenderam abertamente o apartheid e a supremacia branca sul-africana, algo que lhes abriu as portas aos círculos da Nova Direita estadunidense (Slobodian, 2018: cap.5).

O movimento neoliberal tinha como preocupação a administração da reação popular e o cerceamento da participação democrática. Nesse aspecto, para além da suas explicitas tendências totalitárias, houve uma transformação fundamental na estratégia neoliberal de insulamento do espaço econômico ao longo do século XX: a reconstrução dos organismos internacionais. Quinn Slobodian (2018) nos apresenta um argumento revelador acerca da construção destes organismos ao mostrar como eles foram sendo desenhados em profundo diálogo com os *think tanks* e ideólogos neoliberais. Para o autor, desde o CCI, o neoliberalismo foi o mote central da constituição de um quadro de regras internacionais que objetivava transferir a esfera decisória das políticas econômicas e comerciais para órgãos reguladores fora da alçada dos estados nacionais. A história do GATT e da OMC são objeto do estudo de Slobodian, o qual argumenta que estes organismos foram sendo moldados no sentido de proteger os negócios dos grandes capitais internacionais das perigosas e imprevisíveis democracias dos países recém independentes do Sul Global. Além dos organismos internacionais, a própria política econômica dos países passou a ser regulada por diretrizes antidemocráticas, como por exemplo a constituição de Bancos Centrais independentes. Nesse aspecto, para Slobodian, a própria CEE teria sido uma experiência neoliberal que reduziu o espaço de decisão democráticas dos países do bloco.

Além de bloquear o acesso às decisões políticas, outras possibilidades de canalização do contramovimento acabariam por surgir dentro do mundo neoliberal. Segundo Bugra (2007), na década de 90 houve uma mudança na percepção do papel do mercado autorregulado. Ao contrário do que se observou como preponderante nas intervenções dos contramovimentos no final do século XIX, início do século XX e no pós Segunda Guerra, onde ele se manifestava pela intervenção à nível governamental, a ordem do dia na sociedade contemporânea se funda na ação de atores não-estatais via parcerias com autoridades públicas estatais ou não-estatais. Isso inclui Organizações Não-Governamentais (ONGs), Fundações e órgãos reguladores da atividade econômica como, por exemplo os próprios Bancos Centrais independentes.²⁹

Socialismo, Fascismo e Neoliberalismo

Nossa perspectiva entende que a alternativa neoliberal apresenta um novo elemento para o quadro analítico polanyiano. Contudo, é necessário esclarecer algumas questões que podem emergir da comparação

²⁷ Vale assinalar que para a Hayek a democracia era uma decorrência do sistema de preços, ou seja, o segundo tinha primazia sobre a primeira. Este ponto não será explorado aqui mas indicamos a leitura de “Constitution of Liberty” publicado por Hayek em 1960. Este trabalho se tornaria a referência teórica neoliberal acerca da conexão (ou desconexão) entre o sistema de preços e a ordem democrática.

²⁸ Sobre a conexão entre a SMP e o governo de Augusto Pinochet indicamos Fischer (2009)

²⁹ É importante ressaltar que, nas palavras de Bugra, a “ilusão de enraizamento” e a negação da realidade do poder (ou reconhecimento do postulado de sociedade) levou a uma fragmentação dos contramovimentos. Essa fragmentação acabou por fortalecer grupos dispersos que lutam por demandas imediatas, específicas e não-estruturais, por exemplo: melhora de vida para um bairro específico, pautas relacionadas à estilo de vida (*slow food movement*), pautas identitárias e etc. É importante enfatizar que a autora não busca criticar ou minimizar as demandas específicas, mas evidenciar a entropia das lutas sociais em grupo menores com menos poder de ação ou influência política, além de serem mais questionáveis em sua capacidade de representação do que outros atores mais tradicionais como, por exemplo, os sindicatos. .

deste ponto de vista com visões contemporâneas inspiradas nos escritos de Karl Polanyi. O ponto principal seria a possibilidade de interpretar o movimento neoliberal como o primeiro elemento do movimento pendular polanyiano. Desta maneira, o neoliberalismo seria caracterizado, assim como o liberalismo no século XIX e início do XX, como um movimento de transformação institucional para o avanço do mercado autorregulado.³⁰ O argumento defendido aqui é outro: o neoliberalismo é o polo oposto, é o próprio contramovimento, de natureza radical, que assim como o fascismo e o socialismo, se coloca como solução.

É importante enfatizar, portanto, que desde sua gênese o neoliberalismo está ligado aos interesses dos grandes capitais. Nesse sentido, seguimos as ideias dos pensadores institucionalistas posteriores a Polanyi, que enfatizam o caráter planejado das sociedades industriais modernas. Tal planejamento seria de ordem privada e envolveria a submissão do estado aos interesses corporativos (Galbraith (1967), Munkirs (1985), Dugger (1992)). O neoliberalismo não é uma alternativa a isso, ele é o elemento central deste planejamento, ou seja, o promotor de um estado de corporações, como a solução fascista.

Como apresentado, a possibilidade de que as decisões democráticas deem forma às decisões econômicas é bloqueada no neoliberalismo. Contudo, ao contrário da solução fascista, a esfera democrática não é eliminada por completo, aí residindo sua diferença. As decisões que poderiam ser em princípio tomadas a partir do voto passam, portanto, a serem encapsuladas pelo econômico e reduzidas àquilo que não está no raio dos interesses corporativos. Nesse aspecto, a solução neoliberal é caracterizada por um processo contínuo de criação de novas mercadorias fictícias que são expulsas do campo de decisões político democráticas. Bugra (2007) aponta para estas novas mercadorias como a educação, a saúde e a segurança que, no neoliberalismo, passam a ser encapsuladas pelo econômico e, conseqüentemente são retiradas da esfera de decisão popular. Mercados instituídos em áreas nunca exploradas passam a ser construídos de maneira deliberada pelo Estado, que como consequência privatiza seu controle. Não é estranho, como Mirowski e Nik-Khah (2017) ressaltam, que o *market design* (leilões) tenha passado a ser um dos campos mais relevantes da atuação dos lobbies corporativos e dos economistas nas últimas décadas. Nesse sentido, apesar das diferenças, o resultado fascista se assemelha em grande medida à solução neoliberal: no primeiro extingue-se de imediato a esfera democrática em favor de um capitalismo corporativo; o segundo é mais parcimonioso, impõe um estado corporativo em doses crescentes, criando mercadorias fictícias novas e controlando o contramovimento a partir do bloqueio da via democrática.

Curiosamente, como enfatizado no item anterior, o neoliberalismo buscou elaborar uma noção de pessoa empresarial e competitiva. Observamos que esta subjetividade é aparentemente incoerente com a própria constituição da sociedade corporativa da solução neoliberal. O mercado autorregulado se transforma em uma referência mítica no qual orbita a subjetividade neoliberal, mas que não tem nenhuma relação com o caráter planejado do neoliberalismo. Temos aqui duas camadas importantes a serem estudadas, um *neoliberalismo para as pessoas* comuns e um *neoliberalismo das elites corporativas*. Nessa direção, Mirowski (2013) assinala que o neoliberalismo, desde sua origem como coletivo de pensamento, opera a partir de uma doutrina de dupla verdade. A aparente contradição entre um neoliberalismo totalitário e a ideia competitiva e de liberdade de mercado do indivíduo neoliberal é uma expressão desta dupla verdade, algo que resulta da absorção das ideias de Carl Schmidt no coletivo de pensamento neoliberal. A dupla verdade faz parte da estratégia da solução neoliberal, assim, falando dos proponentes e agitadores neoliberais, Mirowski assinala:

“The neoliberals preach that the market is the unforgiving arbiter of all political action; but they absolve themselves from its rule. They propound libertarian freedoms but practice the most regimented hierarchy in their political organization; they sermonize about spontaneous order, while plotting to take over the state; they catechize prostration of the self before the awesome power of the knowledge conveyed by the market, but issue themselves sweeping

³⁰ Exemplos desta interpretação abundam na literatura, aqui indicamos Dale (2010), Bienfeld (2007) e Bugra (2007).

dispensations [...]Their version of governmentality elevates the market as a site of truth for everyone but themselves” (Mirowski, 2013:50)

Para Mirowski (2013), a dupla verdade se manifestaria no neoliberalismo a partir de uma verdade “exotérica”, a verdade para fora, a ideia propagada para a sociedade em geral de que o estado seria um elemento pernicioso para o bem-estar da coletividade e que os mercados autorregulados seriam a forma mais virtuosa e justa de organização das sociedades humanas; e uma verdade “esotérica”, ou seja, a verdade para dentro, do ponto de vista dos atores políticos que buscam defender e ampliar seus negócios a partir do domínio do estado. Na perspectiva apresentada, o indivíduo neoliberal e a crença em sua soberania representam a parte exotérica da solução, enquanto que o estado corporativo ativo é sua face esotérica. É exatamente nesta fronteira entre as duas verdades que encontramos o elemento antidemocrático da solução neoliberal: ela administra e protege os interesses das elites econômicas das decisões do povo, em termos muito semelhantes à solução fascista. Esta sociedade neoliberal apresenta uma resistência a qualquer transformação, pois seu caráter subjetivo e antidemocrático se torna um desafio extra para qualquer tentativa de reenraizar o econômico. Não é de se estranhar que para quaisquer problemas econômicos e sociais que surgirem nestas sociedades, sejamos encaminhados a alguma solução oferecida dentro de uma lógica de mercado, favorecendo em grande medida as próprias elites. Da crise financeira à crise climática, a solução neoliberal consegue internalizar os problemas e devolver uma resposta adequada à subjetividade das pessoas comuns e um ótimo negócio para as elites econômicas.

A compreensão do neoliberalismo como uma solução à crise das sociedades organizadas por meio de mercados nos permite refletir acerca das possibilidades de transformação socioeconômica do mundo atual. O nosso esquema analítico endereça a algumas aparentes contradições àquilo que constitui a própria solução. Nesse sentido, não se deve estranhar o avanço de vários governos com características antidemocráticas pelo mundo, muitas vezes identificados como fascistas, e sua associação explícita com o ideário neoliberal privatizante e de retirada de direitos sociais. Da mesma maneira, a própria retirada destes direitos associa-se com a visão empresarial da vida disseminada por um amplo corpo midiático e de serviços voltados a alimentar a ideia de que um futuro glorioso nos espera logo virando a esquina, basta não ser um acomodado! Obviamente, se o mundo competitivo nos presentear com derrotas, a solução neoliberal nos oferecerá um amplo leque de possibilidades medicamentosas a serem adquiridas pelo consumidor soberano. Finalmente, se ainda houver aqueles confiantes na transformação por meios políticos, informa-se que no mundo desenraizado neoliberal a transformação pela participação política e democrática é deliberadamente controlada e restrita.

A compreensão do neoliberalismo como um tipo de solução às dificuldades estruturais das sociedades de mercado nos permite renovar a perspectiva polanyiana para o século XXI. Além de suas vantagens interpretativas acerca dos eventos atuais da sociedade contemporânea, esta releitura reavalia a perspectiva pendular de alguns analistas. Não estaríamos mais falando sobre um movimento de avanço e de contenção do mercado autorregulado. O que temos é um conjunto de possibilidades que giram em torno do tipo de liberdade que estamos interessados em defender. Seguindo o espírito de Polanyi e dos institucionalistas originais, talvez esteja na hora de conquistarmos uma solução que definitivamente reenraize o econômico, a solução verdadeiramente democrática.

Bibliografia

- Berardi, Franco (2009)[2019]. *Depois do Futuro*. São Paulo: Ubu.
- Bienfeld, Manfred (2007). Suppressing the Double Movement to Secure the Dictatorship of Finance.
In: Bugra, Ayse; Agartan Kann. *Reading Karl Polanyi for the twenty-first century*. New York: Palgrave Macmillan.

- Brown, Wendy (2019). *Nas ruínas do Neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politeia.
- Bugra, Ayse (2007). Polanyi's Concept of Double Movement and Politics in the Contemporary Market Society. In: Bugra, Ayse; Agartan Kaan (orgs). *Reading Karl Polanyi for the twenty-first century*. New York: Palgrave Macmillan.
- Burgin, Angus (2012). *The Great Persuasion: Reinventing free markets since the depression*. London: Harvard University Press.
- Clastres, Pierre (1974)[2013]. *Sociedade Contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Dale, Gareth (2010). *Karl Polanyi: The limits of the market*. Cambridge MA: Polity Press.
- Dale, Gareth; Desan, Mathieu (2019) Fascism. In: Dale, Gareth; Christopher Holmes e Maria Markantonatou. *Karl Polanyi's Political and Economic Thought: A critical guide*. Newcastle: Agenda Publishing.
- Dardot, Pierre; Laval, Christian (2009)[2016]. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Djelic, Marie-Laurie; Mousavi Reza. (2020) How the Neoliberal Think Tank Went Global: The Atlas Network, 1981 to the Present. In: Plehwe, Dieter; Quinn Slobodian e Philip Mirowski. *Nine Lives of Neoliberalism*. London: Verso.
- Dugger, William (1992). *Underground Economics: A decade of institutionalist dissent*. New York: M. E. Sharpe. Earle,
- Joe, Earle; Moran, Cahal; Ward-Perkins, Zach (2017). *The Econocracy: on the perils of leaving economics to the experts*. S/l: Penguin Books.
- Fay, Sidney (1950) Bismarck's Welfare State. *Current History*, Vol. 18, No. 101
- Fischer, Karin (2009) The Influence of Neoliberals in Chile before, during, and after Pinochet. In: Mirowski, Philip; Plehwe, Dieter. *The Road From Mont Pelerin*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Fisher, Mark (2009) *Realismo Capitalista: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária.
- Foucault, Michel (1979)[2020] *Nascimento da Biopolítica*. Lisboa: Edições 70.
- Gago, Veronica (2015) *La Razón Neoliberal: Economías barrocas y pragmática popular*. Buenos Aires: Tinta Limón
- Galbraith, John Kenneth (1970)[1988] *O Novo Estado Industrial*. São Paulo: Nova Cultural.
- Malinowski, Bronislaw (1922)[2018] *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ubu.
- Mauss, Marcel (1950)[2003] *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- McKinnon, Susan (2005)[2021] *Genética Neoliberal: Uma crítica antropológica da psicologia evolucionista*. São Paulo: Ubu.
- Mirowski, Philip (2013) *Never Let a Serious Crisis Go to Waste: How neoliberalism survived the financial meltdown*. New York: Verso.
- Mirowski, Philip; Nik-Khah (2017) *The Knowledge We Have Lost in Information*. New York: Oxford University Press.
- Munkirs, John R. (1985) *The Transformation of American Capitalism: from competitive market structures to centralized private sector planning*. New York: M; E; Sharpe.
- Polanyi, Karl (1935) The Essence of Fascism. In: Lewis, John; Karl Polanyi e Donald Kitchin. *Christianity and the Social Revolution*. London: Victor Gollancz.
- _____ (1944)[2012] *A Grande Transformação: As origens de nossa época*. São Paulo: Elsevier.
- _____ (2012) *A Subsistência do Homem e Ensaios Correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Sahlins, Marshall (1972)[2017] *Stone Age Economics*. New York: Routledge.
- Silva, Daniel Pereira da; Heitor Pestana; Leilane Andreoni, Marcelo Ferretti, Márcia Fogaça, Mario Senhorini, Nelson da Silva Junior, Paulo Beer, Pedro Ambra (2021). *Matrizes psicológicas da*

- episteme neoliberal e a análise do conceito de liberdade. In: Safatle, Vladimir; Nelson da Silva Junior e Christian Dunker (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. São Paulo: Autentica, p.77-123
- Solobodian, Quinn (2018) [2021] *Globalistas: O fim do império e o nascimento do Neoliberalismo*. Florianópolis: Enunciado Publicações.
- Stedman Jones, Daniel (2012) *Masters of the Universe: Hayek, Friedman and the birth of neoliberal politics*. Princeton: Princeton University Press.
- Veblen, Thorstein (1899) [1985] *A Teoria da Classe Ociosa*. São Paulo: Abril.
- .